O Debate sobre Democracia, Desinformação e Eleições: Novas Perspectivas e Questionamentos

LUCIANA GARCIA SILVA¹

¹Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Brasília (DF). Brasil.

JÉSSICA YUME NAGASAKI²

²Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas (SP). Brasil.

A proposta do dossiê temático “Democracia, Desinformação e Eleições”, coordenado pelo Professor Dr. João Paulo Bachur e pelas Professoras Dra. Clara Iglesias Keller e Dra. Marilda de Paula Silveira, contemplou uma temática que nos últimos tempos reforçou debates importantes e até mesmo questionamentos sobre a fragilidade e o risco da democracia, tendo em vista as tensões políticas ocasionadas no processo democrático, em especial pela propagação de *fake news* pelos meios digitais, cuja nuance de regulação jurídica e cujos limites impostos em sua disseminação são alvos de discussões científicas nacionais e internacionais pelo impacto gerado nas democracias.

Desde o referendo do Brexit de 2016, a disseminação intencional e massiva de desinformação *on-line* tomou posição de destaque em debates globais sobre o papel da comunicação digital em democracias contemporâneas. Pouco depois, estratégias semelhantes foram adotadas em outros processos democráticos, como nos Estados Unidos (BENKLER, 2018), no Brasil (EVANGELISTA; BRUNO, 2019) e na Índia (EMPOLI, 2019). Apesar de a manipulação do discurso não ser estranha aos meios de comunicação tradicionais, as plataformas digitais de comunicação permitem a distribuição rápida, ampla e microdirecionada de conteúdo potencialmente prejudicial, dando dimensão diferenciada a preocupações que já inspiravam a regulação democrática da mídia e da comunicação política.

A dinâmica e a agilidade de propagação da desinformação geram instabilidade, mas sobretudo desconfiança nos processos eleitorais devido ao direcionamento das mídias e das plataformas digitais, as quais não apenas

1 Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6801-60749>.

2 Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0586-8899>.

servem de entrada para a desinformação, mas também retêm dados importantes dos consumidores e replicadores. A absorção dos conteúdos nos leva a outros questionamentos sobre o seu uso, bem como seus limites, tendo em vista que os hábitos de seus usuários ficam condicionados à retenção da desinformação, o que, em contrapartida, deve-se considerar o tempo de checagem dos fatos e a disseminação da desinformação.

Logo, as práticas de desinformação se revelaram uma ameaça dentro e fora dos processos eleitorais, tornando-se uma contingência comum em diferentes debates, como questões de saúde pública, mudança climática e revisionismos históricos. Assim, ao longo dos anos a desinformação permaneceu um fenômeno dinâmico, cada vez mais arraigado nas comunicações contemporâneas e que se apresenta em diferentes formas.

Nesse sentido, não somente o Brasil vem fazendo esforços para fomentar a discussão acadêmica, mas também outros países estão ampliando suas bases de análises para compreendê-la, principalmente pela desinformação ter consequências que não se ambientam apenas internamente, mas também propagando-se na esfera internacional. Além disso, tais esforços, ao mesmo tempo, também coadunam com o debate de políticas públicas, seguindo uma tendência global de proposição de estratégias regulatórias direcionadas à desinformação de natureza diversa.

O fenômeno da desinformação não se articula de maneira isolada, mas tem seus elementos emaranhadas em processos complexos que atingem e direcionam a sociedade como um todo, fazendo com que o indivíduo tenha para si aquela “informação” como verdadeira, propagando-a sem dimensionar suas consequências. Essa análise, diante de um Estado Democrático de Direito e para a democracia, cria mecanismos de vicissitudes que, de modo geral, recaem no processo eleitoral.

Para isso, o objetivo do dossiê ao promover a temática alinha-se no sentido de pensar em “democracia, *fake news* e eleições” em um contexto que possibilite o debate em diversas vertentes, as quais incluem os seguintes dilemas: abordagens históricas sobre a regulação de desinformação; estratégias regulatórias; hábitos de audiência e consumo de mídia em um ambiente de desordem de informação; características, vantagens e limitações da checagem de fatos; papel da proteção de dados como vetor da idoneidade do processo eleitoral no contexto da comunicação digital; como o uso de dados e as novas mídias impactam na formação da vontade do eleitor?; papel de influenciadores digitais no processo eleitoral e/ou em campanhas de

desinformação; impulsionamento de conteúdo para fins de desinformação dentro e fora de processos eleitorais; e excessivo controle de conteúdo do processo eleitoral brasileiro estabelecido com o propósito de garantir isonomia aos competidores e suas críticas quanto a sua constitucionalidade, de forma que tais provocações acabam levantando o questionamento de uma possível regulação eleitoral privada.

O resultado das inquietações que norteiam a temática é possível de ser vislumbrado pelo número de submissões recebidas para o dossiê na Revista Direito Público, as quais contaram com uma qualidade expressiva, sendo necessária a escolha de artigos que abarcassem, ou pelo menos tentassem abranger, a maioria das questões envolvidas.

A abertura do dossiê com o artigo *“Mediated Democracy – Linking Digital Technology to Policy Agency”*, da autora Jeanette Hofmann (2021), traz um dos núcleos de discussões ao tratar de democracia e dos meios digitais. A digitalização, bem como a esfera política, incluindo seus atores políticos, seu engajamento e suas formas organizacionais, são questões inerentes e prevaletentes ao se debater a democracia ocidental. Os liames de sua discussão não se pautam no holofote de culpa para a mídia social, pois suas nuances são complexas, sendo necessários um maior aprofundamento e análise, pois ambos os conceitos, democracia e mídia, não são estatísticos, mas pressupõe evolução e uma gama de circunstâncias e atores envolvidos. Dessa forma, ao se propor a compreender a democracia mediada, não retratando a causalidade da mídia como um dos pilares da mudança, o artigo visa explorar nova perspectiva a partir da discussão de democracia e mídia sociais, apontando a grave lacuna perante o campo da ciência política em detrimento da comunicação. O conceito de democracia mediada abarca, mas também dialoga, que a evolução da democracia, e, nesse caso, inserindo as mídias sociais, é um dos pressupostos de que a democracia representativa necessita de mediação técnica, logo, o campo da democracia mediada se coloca como pesquisa que resulta em novas perspectivas e discussões a partir da ideia de que *“mediated democracy should be approached as a contingent constellation rather than a causal relationship of variables”*³.

O artigo *“Conflicto Social, Transparencia y Buen Gobierno: Regulación y Acceso a la Información en la Ley Española 19/2013 de Transparencia,*

3 HOFMANN, Jeanette. Mediated democracy – Linking Digital Technology to political agency. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 2, June 2019. DOI: 10.14763/2019.2.1416.

Acceso a la Información Pública y Buen Gobierno”, do autor Adolfo Jorge Sánchez Hidalgo (2021), faz um contraponto entre elementos para se iniciar a discussão de democracia, informações e transparência, tendo em vista que parte de um percurso histórico para denominar o que se considera um bom governo ao trazer alinhado à ideia de transparência, estabelecendo um vínculo entre os conceitos por meio dos autores Rousseau e Bentham. No entanto, tais bases, ao serem traçadas e refletidas na modernidade, colaboram na intensificação de inquietações, pois a Internet abre um novo nicho de possibilidades, mas também de instabilidade. De modo que, para o autor, o panóptico de Foucault pode ser redefinido na sociedade contemporânea como um fiscalizador ampliado, principalmente pela Internet. Ao definir e discutir a lei espanhola, entende-se que o conceito de bom governo ou boa governança deve se apoiar no de governo aberto, dando maior transparência, ou, melhor, sendo o núcleo para se ter uma boa governança, o que a tecnologia, nesse sentido, poderia permitir uma maior participação no processo democrático, desde que seu uso seja direcionado para se obter uma maior transparência.

O artigo “Processos de Escolha Política, Mediação Antidemocrática e Ambientes Digitais”, dos autores Luiz Guilherme Arcaro Conci e José Guilherme Maia Lopes (2021), traz debates e provocações necessários para se compreender os atores envolvidos no processo de escolha política, em especial pela intermediação de plataformas digitais. A desinformação ocasionada e até mesmo orquestrada pelas mídias faz repensar a inserção e o uso das tecnologias. A utilização de robôs fomentam, intensificam, influenciam e distorcem a narrativa política, gerando ambientes instáveis e discursos que tendem a se polarizar e se radicalizar. Logo, a regulação e o controle social devem ser estabelecidos para que seja possível o acesso à informação segura, que haja checagem de fatos e se prepondere perante a desinformação.

O artigo “Uma Nova Cara para a Política? Considerações sobre *Deepfakes* e Democracia”, dos autores Caitlin Mulholland e Samuel Rodrigues de Oliveira, aborda as consequências da *deepfakes* para a democracia, pois essas se configuram no contexto atual como mídias hiper-realistas que são manipuladas por inteligência artificial. Dessa forma, sua incidência nas plataformas digitais tem um peso eminente nos processos democráticos ao se verificar quais as finalidades do uso e como isso pode afetar a democracia; no entanto, as autoras compartilham o pensamento da autora Jeanette Hofmann, de que tais práticas não irão causar o declínio da

democracia, mas abrem espaços para discutir novas perspectivas acerca do processo democrático, de modo que a presença de *deepfakes* apenas reflete rupturas existentes, devendo trabalhar a confiança dos cidadãos por meio da reestruturação das instituições.

O artigo “A Mecânica da Desinformação em Redes Epistêmicas e as Contribuições da Filosofia da Ciência de Susan Haack”, dos autores Luiz Adriano Gonçalves Borges, Lucas Oliveira Vianna e Matheus Thiago Carvalho Mendonça (2021), parte da ideia que, embora a veiculação de notícias falsas não seja um acontecimento do século XXI, sua disseminação pelas plataformas digitais ocasiona e intensifica a ruptura da democracia. Para isso, os autores abordam a temática com o intuito de compreender a desinformação em redes epistêmicas, vislumbrando suas consequências, mas também associando a análise com base na ciência de Susan Haack, a qual se utiliza do fato senso comum crítico, o que, na visão dos autores, seria um dos caminhos de combate à disseminação das *fake news*.

O artigo “Desinformação Política, Mídias Digitais e Democracia: Como e Por Que as *Fake News* Funcionam?”, do autor João Paulo Bachur (2021), traz uma compreensão sobre desinformação que recai em uma análise sociológica, reiterando aspectos importantes no campo interdisciplinar, de modo que o entendimento de desinformação está atrelado a um contexto social que não é individualizado, mas repercute no coletivo. Sendo assim, a ideia central não se justifica na disseminação da desinformação por robôs, mas no fator humano, ou seja, de que maneira o julgamento humano atua na compreensão e disseminação da desinformação. Tal análise repercute e direciona a novos questionamentos, pois a partir dessa condicionante é que a análise e a importância se detêm no processo democrático.

O artigo “Combinando Bibliotecas de Anúncios com Checagem de Fatos para Aumentar a Transparência sobre a Desinformação”, do autor Ivar Alberto Hartmann (2021), traz outra percepção sobre o impacto da disseminação das *fake news*, voltado para o campo econômico, isto é, as empresas que lucram com essa disseminação. O problema não envolve apenas a absorção de notícias, mas a própria obscuridade dos anúncios, de forma que até os anunciantes não conseguem delimitar o alcance de atuação dos algoritmos. A contratação desses serviços fica condicionada a certas demarcações, as quais, na visão do autor, devem ser reguladas com transparência, com o descritivo dos serviços e da base de dados, bem como os possíveis cruzamentos que podem ocorrer ao anunciar notícias, mas que, em contrapartida, também realizem a checagem dos fatos.

O artigo “*Don’t Shoot the Message: Regulating Disinformation Beyond Content*”, da autora Clara Iglesias Keller (2021), aborda a temática a partir da regulação da desinformação, traçando dois objetivos que têm como premissa a análise de políticas que foram implementadas em condições e contextos sociais diferentes no que concerne à desinformação, além dos debates que se formam. A autora saliente três elementos importantes que direcionam as políticas: dados, estrutura e conteúdos, sendo que a maior incidência ocorre nos dois primeiros, considerando que, em relação ao conteúdo, podem ocasionar e ferir a liberdade de expressão, além de se mostrarem poucas efetivas na disseminação da desinformação.

O artigo “*Autorregulação e Reserva de Jurisdição no Combate às Fake News*”, dos autores Alejandro Knaesel Arrabal, Leonardo Beduschi e Alexa Schmitt de Sousa (2021), traz contribuições quanto à regulação no combate às *fake news* pela legislação brasileira, isto é, para além do próprio conceito de desinformação, *fake news* e a sua disseminação, deve-se atentar para os direcionamentos por parte da legislação e da jurisprudência pátrias. Os esforços em termos legislativos analisados pelos autores se concentram no Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados, e no Projeto de Lei nº 2.630/2020, fazendo interlocuções com o tratamento dado pelo Código de Processo Civil.

O artigo “*Sociologia Jurídica das Fake News Eleitorais: uma Observação Sistêmica das Respostas Judiciais e Legislativas em Torno das Eleições Brasileiras de 2018*”, dos autores Lucas Fucci Amato, Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros e Diana Tognini Saba (2021), traz e delimita a análise em torno das eleições brasileiras de 2018, utilizando-se do aporte teórico de Niklas Luhmann. A pesquisa ressalta o avanço do campo da sociologia jurídica das *fake news* eleitorais, embora não seja um fato novo.

O artigo “*Restrição de Conteúdo e Impulsionamento: Como a Justiça Eleitoral Vem Construindo Sua Estratégia de Controle*”, das autoras Marilda de Paula Silveira e Amanda Fernandes Leal (2021), analisa a regulação da Justiça Eleitoral com base nas eleições brasileiras de 2018, de modo que a pesquisa se utiliza e explora os julgados referentes a esse período eleitoral. A ideia de mapear a atuação da Justiça Eleitoral, confrontando como suas ações de regulação são efetuadas, enseja um posicionamento defensivo no que se refere à liberdade de expressão, o que acaba colaborando na permanência de um processo eleitoral obscuro em relação ao alcance do conteúdo, deixando à mercê dos algoritmos as informações recebidas pelo eleitorado. A crítica das autoras quanto à forma de regulação ocorre pelo

fato de que os indivíduos se posicionam diferentemente, embora a absorção do conteúdo ocorra de forma massiva direcionada por algoritmos.

Percebe-se que a exploração da temática do dossiê “Democracia, Desinformação e Eleições” se deu em diversos campos e vertentes, despertando indagações, mas também trazendo para o campo científico análises importantes para se pensar em soluções, analisar as implementadas e traçar novas investigações. Perspectivas diferentes são necessárias para considerar os cenários existentes, mas, sobretudo, instigar a problemática que não se perfaz apenas no contexto nacional, mas é alvo de debates em diversos países. Agradecemos aos/as autores/as por submeterem suas pesquisas à Revista Direito Público, trazendo contribuições relevantes e valorosas ao meio acadêmico.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Pinhalzinho, outubro de 2021.

Jéssica Yume Nagasaki

Membro do Comitê Editorial

Luciana Garcia Silva

Editora-Adjunta

REFERÊNCIAS

AMATO, L. F.; SABA, D. T.; LOSCHIAVO LEME DE BARROS, M. A. Sociologia jurídica das *fake news* eleitorais: uma observação sistêmica das respostas judiciais e legislativas em torno das eleições brasileiras de 2018. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5377. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5377>. Acesso em: 28 out. 2021.

ARRABAL, A. K.; BEDUSCHI, L.; SOUSA, A. S. de. Autorregulação e reserva de jurisdição no combate às *fake news*. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5423. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5423>. Acesso em: 28 out. 2021.

BACHUR, J. P. Desinformação política, mídias digitais e democracia: como e por que as *fake news* funcionam? *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5939. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5939>. Acesso em: 28 out. 2021.

BENKLER, Y.; SUNSTEIN, C. et al. The science of fake news. *Science*, 359: 1094-1096, 2018.

BORGES, L. A. G.; VIANNA, L. O.; MENDONÇA, M. T. C. A mecânica da desinformação em redes epistêmicas e as contribuições da Filosofia da Ciência de Susan Haack. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5795. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5795>. Acesso em: 28 out. 2021.

CONCI, L. G. A.; MAIA LOPES, J. G. Processos de escolha política, mediação antidemocrática e ambientes digitais. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5743. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5743>. Acesso em: 28 out. 2021.

DA EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos*. Tradução: A. Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

EVANGELISTA, R.; BRUNO, F. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 4: 1-23, 2019.

HARTMANN, I. A. Combinando bibliotecas de anúncios com checagem de fatos para aumentar a transparência sobre a desinformação. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5741. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5741>. Acesso em: 28 out. 2021.

HOFMANN, J. Mediated democracy – Linking digital technology to political agency. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 2, June 2019. DOI: 10.14763/2019.2.1416.

HOFMANN, J. Mediated democracy – Linking digital technology to political agency. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.6056. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6056>. Acesso em: 28 out. 2021.

IGLESIAS KELLER, C. Don't shoot the message: regulating disinformation beyond content. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.6057. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6057>. Acesso em: 28 out. 2021.

MULHOLLAND, C.; DE OLIVEIRA, S. R. Uma nova cara para a política? Considerações sobre *deepfakes* e democracia. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5773. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5773>. Acesso em: 28 out. 2021.

SÁNCHEZ HIDALGO, A. J. Conflicto social, transparencia y buen gobierno: regulación y acceso a la información en la ley española 19/2013 de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.4319. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4319>. Acesso em: 28 out. 2021.

SILVEIRA, M. de P.; FERNANDES LEAL, A. Restrição de conteúdo e impulsionamento: como a Justiça Eleitoral vem construindo sua estratégia de controle. *Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.6058. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6058>. Acesso em: 28 out. 2021.

Sobre as editoras:

Luciana Garcia Silva | E-mail: luciana.garcia@idp.edu.br

Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1999). Mestra em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Especialização em Direitos Humanos e Processos de Democratização da Universidade do Chile (2010). Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB) na área de Direito, Estado e Constituição. Estágio Pós-Doutoral pela UnB e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) da Graduação em Direito. Membro do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito. Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Administração Pública. Líder do Grupo de Pesquisa Democracia e Acesso à Justiça. Editora-Adjunta da Revista Direito Público (Qualis A1) do Programa de Pós-Graduação em Direito do IDP.

Jéssica Yume Nagasaki | E-mail: jessica.nagasaki@idp.edu.br

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutoranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Mestra em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM) – sendo bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) durante Mestrado. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – *campus* de Três Lagoas. Membro do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (LaPPlanE) da Faculdade de Educação. Analista Acadêmica do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), fazendo parte do Comitê Executivo da Revista Direito Público (Qualis A1).